

## Acelerar a promulgação da "Lei da Concorrência Leal", reforçando a regularização do preço do petróleo Lo Weng Sam 4/6/2020

Com o surto da peste suína africana no Interior da China e os impactos causados pela conjuntura pandémica, no ano passado, o preço de carne suína importada para Macau tem subindo constantemente, o que também tem levado os cidadãos locais a suportarem um aumento significativo do preço final desse produto alimentar e consequente sobrecarga nas despesas domésticas. Face a esta situação problemática, o Governo da RAEM tem envidado esforços na comunicação proactiva com os comerciantes de carne nos mercados tradicionais, no sentido de intermediar uma redução de preço da carne suína. Para satisfação dos residentes, recentemente, a acção tem surtido efeito, tendo estes últimos elogiado e valorizado os respectivos trabalhos desenvolvidos pelo Governo. No entanto, estes manifestam a expectativa de uma descida mais acentuada do preço na carne suína, pelo que o Governo continuará a trabalhar para isso.

Não obstante, a determinação e a dedicação com que o Governo da RAEM trabalhou para estabilizar os preços de mercado devem ser enaltecidas. Outra questão a que se tem assistido na região é a discrepância existente entre o preço local de produtos petrolíferos e o preço do petróleo bruto praticado a nível internacional. Os fenómenos de subida súbita e frequente de preços nos produtos derivados e de, contrariamente, descida quase não existente ou insignificante são problemas que têm preocupado os residentes, que suspeitam de um conluio monopolístico das empresas. Nesse sentido, os trabalhos de regularização do preço dos produtos de petróleo devem ser mais bem considerados. Apesar de as informações sobre os preços estabelecidos já serem frequentemente divulgadas pelo Governo, detalhes como custos directos ou marginais suportados pelos distribuidores não são clarificados, pelo que espero uma maior transparência no que respeita às informações dos produtos de petróleo, com implementação das respectivas medidas por parte do Governo, a fim de criar uma inspecção pública e de assegurar os direitos do



consumidor dos residentes.

Para além disso, o Governo da RAEM, no passado, esclareceu que a jurisdição do Conselho de Consumidores não abrange situações de acções monopolísticas ou fixação concertada de preços, pelo que irá promulgar a "Lei da Concorrência Leal" no futuro, para regularizar este tipo de problemas, estando ainda em fase de discussão e estudo interno nos departamentos competentes. Porém, até aos dias de hoje, o Governo ainda não tem publicado nenhuma informação sobre o andamento deste processo. Assim sendo, espero que o Governo possa divulgar, com celeridade, os respectivos detalhes e a calendarização de promulgação de normas e leis no âmbito da concorrência leal e do anti-monopólio, de modo a resolver este tipo de questões.